

ADunicamp

Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas

Nº 03 - Sexta-feira, 18 de março de 2005

www.adunicamp.org.br / Informações: (19) 3788-2470

LEIA NESTA EDIÇÃO:

24º Congresso do Andes-SN delibera:

- 1) Contra a Reforma Universitária;
- 2) Desfiliação da CUT.

Pág. 2

Carta de Curitiba

Manifesto final do
24º Congresso do Andes-SN

Pág. 3

Reforma Universitária:

Consu manifesta críticas

Pág. 5

Início da Campanha Salarial 2005:

Veja a Proposta de
Pauta Unificada do Fórum das Seis
Pág. 7

CRONOGRAMA DA DATA-BASE

✓ **Dia 22/03 (3ª f.) - ASSEMBLÉIA GERAL DE DOCENTES**

12h00 - Auditório da Adunicamp

Pauta: Indicativo do Fórum das Seis para Pauta Unificada

✓ **Dia 30/03 (4ª f.) - ASSEMBLÉIA GERAL DE DOCENTES**

12h00 - Auditório da Adunicamp

Pauta: Fechamento da Pauta unificada do Fórum das Seis

✓ **Dia 04/04 (2ª f.) - Entrega da Pauta Unificada do Fórum das Seis**

15h00 - Reitoria da Unicamp

COMPAREÇA! PARTICIPE!

LEMBRE-SE: NOSSOS SALÁRIOS DEPENDEM DE NOSSA LUTA!

24º Congresso do Andes-SN

Temas centrais: propostas para o Ensino Superior, contribuição sindical e desfiliação à CUT

O 24º Congresso do Andes-SN aconteceu em Curitiba, de 24/2 a 1/3/2005. Dele participaram 356 delegados de 77 seções sindicais, e 46 observadores. A ADunicamp enviou sete delegados, aprovados na Assembléia de 17/2/2005.

Três temas centrais – além da atualização do plano de lutas dos setores (federal, estadual, particular) que compõem o Sindicato Nacional – ocuparam o centro das discussões: a contra-reforma do ensino superior proposta pelo governo federal; a contribuição sindical; a desfiliação da CUT.

Contra-reforma do ensino superior

Considerou-se que as iniciativas já adotadas promovem: 1) o indesejável financiamento público de vagas no setor privado, isentando de tributos empresas de ensino; 2) a mercantilização utilitarista, possibilitada pela Lei de Inovação Tecnológica, da produção de ciência e tecnologia nas instituições públicas de pesquisa; 3) uma tentativa de regularização de fundações de apoio privadas através de decreto classificado como ilegal pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União; 4) um processo de avaliação centralizado, que fere abertamente a autonomia universitária.

O anteprojeto de Lei do Ensino Superior apropria-se de princípios defendidos historicamente em nossa luta por educação pública, gratuita e de qualidade, deturpando-os em uma proposta que quebra a autonomia universitária. Sob uma falsa aparência de controle do setor privado, o anteprojeto não passa de instrumento de destruição das instituições públicas de ensino superior no país. Para uma contextualização adequada, lembremos das iniciativas já implementadas (PROUNI, Lei de In-



vação Tecnológica, PPP e outras).

O 24º Congresso discutiu e aprovou a *Agenda para a Educação Superior: uma Proposta do Andes-SN para o Brasil de hoje*. Este documento, baseado nos princípios defendidos pelo movimento docente, aponta questões a serem enfrentadas para garantir o ensino superior público como direito de cidadania e instrumento indis-

pensável ao desenvolvimento soberano do país. O documento destaca, ainda, a importância de garantir o financiamento, reafirmando o referencial de 2,7% do PIB para o ensino superior e a pesquisa, definido no Plano Nacional da Educação – Proposta da Sociedade Brasileira.

Contribuição sindical

O ajuste no estatuto do Andes-SN sobre a contribuição sindical visava impedir manobra de redução da contribuição, patrocinada por diretorias de seções sindicais comprometidas com o Proifes (fórum criado, como já foi exaustivamente apontado, sob os auspícios do MEC com objetivo de dividir a representação sindical dos docentes das instituições federais de ensino superior). Aproveitando-se da atual fragmentação nos salários de docentes das federais essas diretorias adotaram uma redução de mais da metade da contribuição ao Andes-SN, ao calcularem o repasse apenas sobre o salário base. Os delegados do 24º Congresso aprovaram a alteração estatutária que não afeta as universidades estaduais paulistas uma vez que nosso salário, diferentemente das federais, não é composto por gratificações de produtividade. Vale lembrar que essas diretorias tentaram tumultuar o próprio Congresso, inclusive com liminares judiciais para se inscreverem como delegados mesmo estando inadimplentes com o Sindicato Nacional.

Desfiliação da CUT

O tema acarretou grande discussão. Eram praticamente unânimes as críticas à condução desastrosa da Central Única dos Trabalhadores por sua direção majoritária, subordinada às políticas do governo Lula de continuidade ao projeto neoliberal traçado pelo FMI para as nações periféricas.

Este quase consenso quanto à condução pelega da direção da central não garantiu unanimidade na votação da

proposta de desfiliação à CUT. Estratégias diferentes de luta foram defendidas. Parcela do plenário defendia que a melhor forma de luta seria somar forças com correntes de oposição no interior da própria CUT, enquanto a maior parte do plenário considerava irreversível a rota imposta à Central por sua direção majoritária defendendo que o melhor caminho seria a desfiliação. Levada a votação, esta posição contou com 192 votos (66%) do plenário, sendo que 85 votos (29%) foram contrários à desfiliação e 12 dos delegados (4%) abstiveram-se.

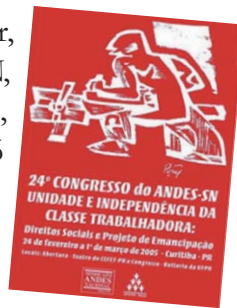
Nossa luta em defesa da educação pública, gratuita, laica, e de qualidade fortaleceu-se no 24º. Congresso do AnDES-SN.

Carta de Curitiba

Os docentes das instituições de ensino superior, reunidos no 24º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado de 24 de fevereiro a 1º de março de 2005, na cidade de Curitiba-PR, com a presença de 356 delegados, 46 observadores e 4 convidados, analisaram e aprofundaram a sua reflexão sobre a conjuntura nacional e internacional. Cientes das responsabilidades que têm diante dos graves problemas que atingem as universidades brasileiras, dos ataques aos movimentos sociais organizados e aos sindicatos e das ameaças decorrentes do crescente domínio do capital e da interferência dos interesses do capital internacional na vida do povo brasileiro, dirigem-se à população brasileira para manifestar a sua veemente crítica à atual política vigente, apresentar suas propostas e deliberações sobre os grandes temas nacionais e a atualização do seu plano de lutas.

Na arena internacional, constataram que a ameaça e a realidade de novas crises financeiras de grande envergadura, com epicentro nos EUA, testemunham a continuidade da crise mundial do capital, da qual se pretende sair por meio da submissão dos trabalhadores e dos povos oprimidos, e por meio da continuidade das políticas neoliberais. Ao mesmo tempo, apontaram a crescente resistência dos povos, na América Latina (na Bolívia, na Venezuela, na Argentina e no Equador) e no mundo inteiro, com destaque para as heróicas resistências dos povos iraquiano, palestino e haitiano às ocupações militares e à política imperialista sustentada pelo capital financeiro.

Os congressistas manifestam sua solidariedade à luta



desses povos e reafirmam a sua disposição de realizar esforços na integração mundial das lutas de todos os trabalhadores na defesa de suas conquistas e no combate às imposições do capital.

O Governo Lula da Silva mantém sua firme determinação de submeter o país aos interesses internacionais, por meio de um conjunto de medidas como a contra-reforma da Previdência, a Inovação Tecnológica, a liberação dos transgênicos, a Lei de Falências e a Lei das Parcerias Público-Privadas. Acrescenta agora, “as reformas” sindical e universitária. No seu conjunto, o governo amplia o espaço das ações que favorecem o campo privado, desobrigando o Estado de seu papel precípua de sustentação do que é público e do interesse dos cidadãos.

Em nome da modernização do Estado, avalizadora e garantidora da governabilidade, o país retrocede na distribuição de renda e na criação de empregos dignos. A economia, quando cresce, atende às demandas do capital e amplia a sua inserção subordinada na economia mundial capitalista.

A recente onda de assassinatos no campo, na floresta, e nas periferias nos estados do Pará, Goiás e Rio de Janeiro, demonstram que a realidade social do país não mudou, que por trás das mudanças políticas de fachada, que tantas ilusões despertaram no povo brasileiro, as classes dominantes continuam as mesmas. O suposto empresariado agrário “moderno”, vinculado ao agronegócio, figura central do governo Lula, não vacila, tal qual os velhos latifundiários baseados na grilagem de terras, em utilizar trabalho escravo,

jagunços e o recurso ao massacre para defender seus interesses de classe, vinculados por mil laços ao capitalismo internacional.

Os docentes do ANDES-SN, em seu 24º CONGRESSO, declaram sua total solidariedade à luta dos trabalhadores sem terra e seu repúdio às ameaças de morte e às chacinas de lutadores e lutadoras sociais, renovando sua disposição de luta, ao lado de todos os trabalhadores do país, contra a opressão e a exploração de classe.

O 24º CONGRESSO atualizou o plano de lutas do ANDES-SN, com ênfase na discussão política sobre os rumos do Sindicato, centrada, principalmente nas reformas sindical e universitária e nas campanhas salariais.

Tratou detalhadamente da reforma universitária, que está sendo preparada pelo governo, e considerou que o pressuposto básico de tratar a universidade como um bem público não-estatal é incompatível com a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Os docentes do ensino superior não abrem mão do seu projeto de educação para o país. Sustentado pelas propostas do ANDES-SN para a universidade brasileira, no Plano Nacional de Educação - PNE da sociedade brasileira, o 24º CONGRESSO analisou e definiu uma “agenda para a educação superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de hoje”, para balizar as ações do Sindicato em prol da educação pública e da universidade brasileira e dialogar com a sociedade brasileira e, em particular, com os movimentos sociais que combatem o racismo, definindo, na agenda, política afirmativa articulada a partir do fortalecimento das escolas públicas de ensino médio nos territórios de maior negação dos direitos sociais que, a partir da interação com as universidades públicas e cefets, deverão garantir acesso diferenciado para os estudantes dessas escolas. As definições da agenda se opõem diretamente ao PROUNI, à Lei de Inovação Tecnológica e ao SINAES, a primeira expressão complementar da política governamental de utilização de recursos que seriam fundamentais para a universalização do ensino superior público, para favorecer os empresários da educação superior privada.

O 24º CONGRESSO considerou, ainda, que o processo adotado pelo governo de discussão da reforma universitária, feito de cima para baixo, simulando uma discussão democrática, contraria e ameaça a universidade pública e gratuita. Por isso, exige que se abra um novo campo de discussão, realmente democrático, sem atropelos, sem imposi-



ções de sua agenda política, para o debate sobre a universidade pública e gratuita – um patrimônio nacional –, construída pelos esforços de todos os brasileiros, cuja manutenção, avanço e universalização de acesso é uma exigência para a independência nacional na produção do saber, da ciência e da tecnologia, da arte e da cultura.

O 24º CONGRESSO considera que a luta em defesa dos direitos da categoria é parte constitutiva da luta em defesa da educação pública e gratuita. Na atual conjuntura, a coalizão governante tem imposto um retrocesso às conquistas dos docentes com medidas que atingem diretamente seus direitos. A precarização do trabalho docente, o arrocho salarial, a perda de direitos trabalhistas, com valorização do individualismo e da competição, além dos ataques à organização sindical autônoma são os nexos que, do ponto de vista do governo, dão corpo ao seu projeto para a educação superior brasileira. A luta por direitos e por condições de trabalho e salários condizentes com a profissão são condições basilares para se alcançar um padrão unitário de qualidade.

O 24º CONGRESSO repudia todas as formas precarizadas de contratação, exige a liberdade de organização sindical e entende que a qualidade da educação superior somente terá alcance se houver a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão. Reafirma que na esfera pública é fundamental o fortalecimento das articulações com os demais servidores das esferas federal e estadual e que, no plano das IES particulares, é necessário reforçar a luta para que os docentes das instituições de ensino particular tenham seus direitos de organização autônoma reconhecidos no ANDES-SN, que seja barrada a violência, a prepotência e o mandacionismo dos mercadores da educação.

O governo Lula, apoiado no Fórum Nacional do Trabalho, do qual faz parte a CUT, encaminhou uma reforma sindical que visa a estrangular os sindicatos e a representação de base, reforçando o poder das cúpulas burocráticas das centrais e, também, ainda que proclame o contrário, a ingerência estatal e patronal nas organizações dos trabalhadores. A reforma sindical visa, ainda, a aniquilar a resistência dos trabalhadores, com vista a impor a reforma trabalhista, baseada no malfadado mito do “Custo Brasil”, a qual objetiva retirar os direitos básicos dos trabalhadores, conquistados na luta (décimo terceiro, férias, licença-maternidade e outros) e impor a completa flexibilização do trabalho, cenário de barbárie, que é o grande objetivo do capita-

lismo “global”. A completa adaptação da CUT a esse cenário e a essa perspectiva que pretende não combater, mas gerenciar, foi avaliada pelas assembleias de base. A partir dessas avaliações, o 24º CONGRESSO deliberou a desfiliação do ANDES-SN da CUT.

Essa decisão é tomada de forma clara, tendo como parâmetro a defesa do sindicalismo classista, autônomo e democrático, opondo-se ao sindicalismo comprometido com a total adaptação das burocracias sindicais à ordem existente.

O ANDES-SN continuará, ao longo de 2005, empenhando-se na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados.

O 24º CONGRESSO reafirma os princípios de autonomia e liberdade do ANDES-SN em relação aos partidos, estados e patrões e este dispõe-se a intensificar, em conjunto com suas seções sindicais, a participação em fóruns como a CNESF, o CONLUTAS, em fóruns estaduais de luta, entre outros, os de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas do

governo Lula: sindical, trabalhista e universitária.

O 24º Congresso reafirma, ainda, a organização do Sindicato a partir dos locais de trabalho, o direito de greve e a liberdade e autonomia sindicais, com a sustentação voluntária de seus sindicalizados, requisitos sobre os quais se baseia desde a sua fundação, como fundamentais para a organização e manifestação dos docentes. Reafirma, também, a necessidade imperiosa de construir com toda a classe trabalhadora a luta de emancipação para com ela caminhar na construção de uma sociedade socialista.

Reafirma o compromisso histórico do Sindicato de lutar em conjunto com todos os movimentos sociais por um projeto de sociedade socialista, democrática e emancipadora e de continuar na luta e na resistência, mantendo-se firme e coeso na defesa dos trabalhadores, da universidade pública e gratuita, na certeza de que a história não pára e não parou por ordem dos dominantes. A história, temo-la feito, e continuaremos fazendo-a como demonstra a luta de todos os povos.

Sem vergar, alcançaremos nossos objetivos!

Todos juntos, à construção dessa história!

Curitiba – PR, 1º de março de 2005

Reforma Universitária: Consu manifesta críticas

No dia 15 de março, o Conselho Universitário da Unicamp reuniu-se para discutir o anteprojeto de reforma da educação superior, apresentado pelo MEC em 6 de dezembro de 2004.

O prazo inicial para críticas e sugestões era 15 de fevereiro de 2005, o que significava inviabilizar a discussão da proposta governamental pela comunidade universitária; em função de protestos de várias instituições e associações, o prazo foi estendido para 31 de março. Esta questão é importante, pois denota o autoritarismo do governo Lula da Silva, perceptível também na justificativa para o fato de o ANDES-SN não ter sido convidado para evento de lançamento oficial: não foram convida-

das pessoas críticas. Interessante destacar que também os três reitores das universidades estaduais paulistas não foram convidados. Em contraste, estavam lá a CUT, a UNE, a FASUBRA e o Proifes (entidade gerada nos gabinetes do próprio MEC, como tentativa de enfraquecer o ANDES-SN)...

A reunião do Consu foi aberta com uma explanação do reitor sobre o referido anteprojeto, expondo os principais pontos de ataque à autonomia universitária.

Destaque-se que a autonomia é fundamental, constitutiva mesmo da universidade; daí decorre que qualquer tentativa de restringir a autonomia é um ataque à universidade. Destaque-se também que autonomia é um

conceito pleno, como consta da própria Constituição Federal, em seu artigo 207; qualquer tentativa de regulamentá-la é tentar restringi-la; justifica-se assim porque vimos denunciando que o anteprojeto é uma contra-reforma, visando a destruição da Universidade Pública brasileira.

Vários conselheiros manifestaram suas críticas ao anteprojeto, inclusive alertando para a inexistência de um plano, uma agenda para a educação superior, com metas, prazos e processos bem estabelecidos.

A Adunicamp esteve presente e apresentou suas críticas, tanto ao conteúdo como ao processo, destacando a ausência de democracia, pois o MEC mostra-se impermeável às críticas e sugestões já feitas por inúmeras entidades; as diversas reuniões que o ministro Tarso Genro e seus assessores têm realizado cumprem apenas o papel de marketing político, com o intuito de levar a sociedade a acreditar que o projeto está sendo amplamente discutido.

Alerta geral: a versão final ainda deverá passar pelo crivo da Casa Civil.

O Andes-SN participou da reunião, representado pelo Prof. Roberto Leher, que apresentou a posição da entidade, contrária ao anteprojeto, aprovada no 24º Congresso do Andes-SN. A proposta consti-

tui mais uma ataque frontal à Universidade Pública, sucateada desde 1995, com queda relevante de recursos, a ponto de comprometer o custeio e promover o arrocho salarial de docentes e funcionários. Essa política, iniciada no governo FHC vem sendo aprofundada pelo governo Lula da Silva e culmina, agora, com a apresentação do anteprojeto, que não pode ser visto como “raio em céu azul”, mas inserido no cenário construído por projetos paralelos: 1) o SINAES (editado por medida provisória), segundo o qual a Unicamp e a USP não podem ser consideradas universidades, pois não aderiram ao ENADE; 2) o Prouni, que desvia recursos públicos para faculdades privadas, a maioria delas reconhecidas como “quiosques de venda de diplomas”, iludindo jovens das classes mais pobres; 3) a Lei de Inovação Tecnológica, que transforma a universidade em mera prestadora de serviços para empresas e valoriza os chamados “docentes empreendedores”, capazes de vender seus préstimos e competências ao mercado; 4) as Parcerias Público-Privadas (PPP), que submetem de vez a nação brasileira aos desejos e interesses do capital financeiro internacional, constituindo um *Regimento de Recolonização*, nas palavras da economista Ceci Juruá. Esse cenário, acrescido do atual anteprojeto, permite caracterizar uma “contra-reforma fatiada”, como

temos denunciado em nossas publicações.

O documento *Agenda para a Educação Superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de hoje* aprovado no 24º Congresso do Andes-SN, foi distribuído a todos os conselheiros e convidados presentes na reunião do Consu. Esse texto discute os princípios defendidos pelo Sindicato Nacional para a Universidade Pública brasileira e é baseado na “Proposta do Andes-SN para a Universidade” (Caderno 2) e no Plano Nacional de Educação (PNE) – Proposta da Sociedade Brasileira. (Todos esses documentos estão disponíveis em www.adunicamp.org.br)

Após as discussões, enfatizando que esta era apenas a primeira reunião sobre o tema, o reitor encaminhou a proposta de elaboração de um documento pelo Consu, abordando as críticas levantadas pelos conselheiros e que não haviam sido contestadas. Nesse documento, deverá ser destacada a importância da autonomia universitária e do aumento dos investimentos públicos na educação em todos os níveis, aí incluído o ensino superior.

Manifestações institucionais como esta da Unicamp são relevantes para o movimento de defesa da Universidade Pública, que exige que lutemos para barrar essa contra-reforma!

FORUM **das seis**

STU
Sintusp
Sintops
Sintunesp
Adunicamp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.

Proposta de Pauta Unificada de Reivindicações 2005 Para Avaliação das Assembléias

1. REAJUSTE E REPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS

- ✓ Reajuste que recupere o salário real de maio de 2001 pelo ICV-Dieese (aproximadamente 12 a 13%);
- ✓ Reajuste trimestral dos salários correspondente ao mínimo entre as variações acumuladas do ICMS e da inflação;
- ✓ Reposição das perdas salariais de 67,62% dos trabalhadores do Centro Paula Souza, referente ao período de 1996-2004;

2. DEFESA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

- ✓ Política Permanente de Contratação de professores em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades;
- ✓ Fim das terceirizações e das contratações precárias de docentes e funcionários;
- ✓ Dotação orçamentária específica para manutenção da assistência estudantil e apresentação de um plano estratégico de sua ampliação nas três Universidades e no Centro Paula Souza: Moradia, Restaurante e bolsas de estudo e transporte;
- ✓ Isonomia no auxílio alimentação para todos os funcionários da USP, UNESP e UNICAMP, no valor de 50% do salário Mínimo.

3. DEFESA DOS DIREITOS DOS PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES

- ✓ Compromisso dos Reitores em continuar a negociação de todos os itens de pauta que foram remetidos à esfera específica de cada universidade.
- ✓ Suspensão imediata das punições e de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários, professores e organizações sindicais e estudantis;
- ✓ Manutenção da isonomia salarial entre aposentados e o pessoal da ativa;

4. DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS E DO CEETEPS

- ✓ Defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Laica e de Qualidade sustentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ Atuação contra as iniciativas do Governo Federal (PROUNI, Lei de Inovação Tecnológica, Decreto sobre Fundações – nº 5205 –, SINAES, anteprojeto de Lei do Ensino Superior), intituladas como “Reforma Universitária”, que ferem a autonomia universitária, destinam recursos públicos para as instituições privadas de ensino e introduzem uma perspectiva utilitarista e mercantil para as instituições de ensino superior e pesquisas públicas.;
- ✓ Atuação em defesa de mais recursos para a educação pública brasileira, especialmente para que o governo Lula suspenda o veto do governo Fernando Henrique à meta do Plano Nacional de Educação de investimento de 7% do PIB brasileiro em educação.
- ✓ Democratização do CEETEPS. Manutenção e aprofundamento do vínculo e associação do Centro Paula Souza à Unesp;
- ✓ Luta na LDO por ampliação dos recursos do ICMS, 11,6% para as Universidades Públicas e de 2,1% para o CEETEPS;
- ✓ Luta contra a sonegação e a renúncia fiscal no estado, bem como contra o decreto estadual 48.034 que isenta de ICMS as compras dos órgãos públicos, reduzindo a base de cálculo das receitas vinculadas (educação, municípios, universidades, etc);
- ✓ Expansão de vagas em cursos regulares, com financiamento adicional incorporado ao orçamento das universidades, garantindo o ensino público de qualidade e assistência estudantil;
- ✓ Contra qualquer cobrança de cursos e/ou serviços nas instituições de ensino superior público;
- ✓ Discussão do papel dos Hospitais Universitários, preservando sua vinculação com a universidade, aprimorando seu caráter público, revertendo toda forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão nas áreas médicas, biológicas e farmacêutica;
- ✓ Discussão pública sobre o projeto de encampação das faculdades isoladas do Estado de São Paulo, proposto pelo governo do estado;
- ✓ Luta pela criação de uma lei de ressarcimento para as universidades dos prejuízos provocados pelas isenções fiscais e pelo decreto 48.034 do governo estadual.

Em breve: matéria sobre ações políticas e judiciais em defesa de nossos direitos de aposentadoria.